Ata da 32ª Reunião Plenária Ordinária – Gestão 2021-2023 Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – CAU/SP

Às nove horas do trigésimo primeiro de agosto do ano de dois mil e vinte e três, em São 1 2 Paulo - SP, teve início a Trigésima Segunda Reunião Plenária Ordinária do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo – Gestão 2021-2023, sob a direção da presidente 3 do CAU/SP CATHERINE OTONDO. ORDEM DOS TRABALHOS: I. Verificação do quórum; 4 5 II. Execução do Hino Nacional Brasileiro; III. Leitura e discussão da pauta; IV. Discussão e aprovação das atas da 31ª Reunião Plenária Ordinária e da 6ª Reunião Plenária 6 Extraordinária; V. Apresentação de comunicações: a) da Conselheira Federal 7 8 representante do Estado de São Paulo; b) do Colegiado das Entidades Estaduais de 9 Arquitetos e Urbanistas; c) da Ouvidoria; d) dos Coordenadores das comissões permanentes; e) da Presidente. V. Comunicados dos conselheiros. VI. ORDEM DO DIA: 10 1. Acordos de Cooperação Técnica: São Caetano do Sul e Condemat - Pedido de vista: 11 12 conselheiro relator Jose Roberto Geraldine Junior (Origem: GED e VP) 2. Julgamento de processo de fiscalização 1000058252/2017 – conselheiro relator Paulo Marcio Filomeno 13 Mantovani - Pedido de vista: conselheiro relator Luiz Antonio de Paula Nunes (Origem: 14 15 CEP-CAU/SP) 3. Regulamentação da Ouvidoria (Origem: COA-CAU/SP) 4. Assinatura atos dos incisos LIX e LX do art. 182 do Regimento Interno do CAU/SP (Origem: PRES-CAU/SP) 16 17 5. Termos de Fomento - Edital de chamamento público no 003/2023 - ATHIS (Origem: 18 CD-CAU/SP) 6. Acordo de Cooperação Técnica: Desenvolve SP (Origem: CD-CAU/SP) 7. Acordo de Cooperação Técnica: Fundação Theatro Municipal de São Paulo (Origem: CD-19 20 CAU/SP) 8. Julgamento de recurso contra decisão de não acatamento de denúncia -Protocolo 944953/2019 - Processo 00179.003401/2023-84 - Relator Cons. Afonso Celso 21 22 Bueno Monteiro (Origem: CED-CAU/SP) SIGILOSO. 9. Julgamento de recurso contra 23 decisão de não acatamento de denúncia - Protocolo 843511/2019 - Processo 24 00179.003402/2023-29 - Relator Cons. Ederson da Silva (Origem: CED-CAU/SP) SIGILOSO 10. Julgamento de processo de fiscalização 1000087262/2019 - Processo SEI 25 26 00179.000973/2023. 10. Julgamento de processo de fiscalização 1000087262/2019 -Processo SEI 00179.000973/2023 - Conselheira relatora Arlete Maria Francisco (Origem: 27 28 CEP-CAU/SP). 11. Calendário de reuniões dos órgãos colegiados do CAU/SP 2023 29 (Origem: CD-CAU/SP). A lista de presença foi assinada por cinquenta e oito participantes, dos quais cinquenta e quatro conselheiros titulares e quatro suplentes de conselheiros 30 31 no exercício da titularidade, sendo estas as senhoras: Thais Borges Martins Rodrigues, Juliana Souza Santos, Sofia Puppin Rontani, Aline Alves Anhesim. Iniciando a plenária, a 32 presidente CATHERINE OTONDO, cumprindo o ITEM I. Verificação do quórum, 33 34 confirmou o quórum regimental como suficiente para início dos trabalhos. Após a 35 execução do Hino Nacional Brasileiro (ITEM II) a presidente passou ao ITEM III. Leitura 36 e discussão da pauta. Das comunicações a presidente informou que a Conselheira 37 Federal representante do Estado de São Paulo e suplente justificaram ausência. Propôs, ainda, que a comunicação dos conselheiros fosse feita ao final. Quanto à VI. ORDEM DO 38 39 DIA: 1. Acordos de Cooperação Técnica: São Caetano do Sul e Condemat - Pedido de 40 vista - relator cons. Jose Roberto Geraldine Junior - (Origem: GED e VP) o conselheiro 41 relator solicitou novamente a retirada do item de pauta, explicando que, por questões

43

44

45

46 47

48

49

50 51

52

53

54 55

56

57 58

59

60 61

62

63

64 65

66

67

68 69

70

71 72

73

74

75

76

77

78

79

80

81 82

83

84

85

profissionais, não teve tempo para apreciar; solicitando a retomada do item na plenária de setembro. A presidente informou que deixaria a decisão a cargo do plenário. A vicepresidente POLIANA RISSO SILVA UEDA se manifestou contrária à retirada de pauta, uma vez que o item já foi retirado de pauta nas plenárias anteriores, tratando-se de termo de cooperação de interesse para os trabalhos do conselho, sobretudo de fiscalização do exercício profissional e formação de equipes técnicas de prefeituras locais. De acordo com a vice-presidente, cooperações técnicas semelhantes já estão acontecendo em outros municípios, com frutos, manifestando que a retirada de tal assinatura novamente acaba prejudicando uma parceria que poderia ser firmada com 14 municípios de uma só vez. Por questão de ordem, a conselheira CAMILA MORENO DE CAMARGO perguntou se havia prazo regimental ainda para novo adiamento, seguida, na mesma linha, pela indagação da conselheira MONICA ANTÔNIA VIANA. A presidente CATHERINE OTONDO esclareceu que o plenário é soberano para acatar ou não a justificativa, tendo sido aprovada a manutenção do item na pauta pelo plenário. ITEM IV. Discussão e aprovação das atas da 31º reunião plenária ordinária e da 6º reunião plenária extraordinária - na sequência, a presidente colocou em votação a Ata da 31ª Plenária Ordinária, que sem manifestações foi aprovada por aclamação. Igualmente a Ata da 6ª Reunião Extraordinária foi aprovada por aclamação pelo plenário. ITEM V. Apresentação de comunicações: b) do Colegiado das Entidades Estaduais de Arquitetos e Urbanistas o coordenador MARCO ANTÔNIO informou que em reunião ordinária do CEAU realizada no dia 2 de agosto de 2023 os representantes das entidades destacaram que a Asbea elegeu o arquiteto urbanista Gustavo Garrido para presidir a entidade até 2025. O primeiro ponto de pauta da reunião tratou da agenda parlamentar, e o assessor de relações parlamentares do CAU/SP informou que nos últimos meses estão sendo tratadas uma série de ações junto ao legislativo estadual, mas que ainda não foram aprofundadas no início da legislatura e que os trabalhos mais relevantes estão sendo realizados junto à frente parlamentar e à frente ambiental urbana, capitaneada pela deputada Marina Helou, da Rede, que inaugurou uma série de grupos de trabalho, dentre eles: floresta e unidade de conservação, juventude e mudança climática, agroecologia e produção orgânica, mobilização e educação ambiental e formação de políticas públicas e de conhecimento, água e saneamento. De acordo com o informe, esses dois últimos grupos de trabalho podem ter maior aderência junto à agenda do CAU e sugeriu que as entidades que participassem do CEAU também participassem desse debate. As entidades se manifestaram e que já atuam na agenda urbana poderão contribuir com o debate. A presidente do CAU/SP informou que tem mantido boa aproximação com a Alesp. Quanto à reforma tributária, há a perspectiva de que a reforma eleve, de forma significativa, a carga tributária de profissionais liberais e a assessoria parlamentar do CAU/BR tem estudos em diversos cenários, onde a carga tributária pode atingir até 45%. Dessa forma, os representantes das entidades solicitaram que o CEAU, junto com o CAU, crie uma agenda para fechar um diagnóstico sobre o tema sugerido, para que possam desenhar os cenários com clareza e objetividade sobre os impactos, e se antecipando às tensões quanto ao tema. Foi sugerido, ainda, que o CAU/SP atue em conjunto com outros conselhos de profissionais liberais que sofrerão a mesma elevação tributária, a exemplo dos economistas, que

87

88 89

90

91

92

93

94

95

96

97

98 99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118119

120121

122

123

124

125

126

127128

129

podem ajudar a fazer um estudo econômico tributário com qualidade. De acordo com o coordenador do CEAU, a presidente informou da existência de associação formada por Secretários de Finanças dos Municípios, coordenada pela prefeitura de Santos, e que pretendem entrar com proposta, enquanto estado de São Paulo, sobre a revisão tributária. Há ainda proposta da Fiesp para o CAU aderir, mas considerou-se que ainda é necessário entender melhor a ação do CAU/BR. O segundo ponto informado pelo coordenador foi sobre o Encontro Nacional de Sindicatos de Arquitetos de São Paulo, em novembro, com seminário nos dois primeiros dias. O terceiro ponto, de acordo com o coordenador do CEAU, foi apresentado pela presidente do IAB, propondo que cada entidade do colegiado realizasse uma discussão interna sobre sua atuação, participação e pautas para serem implementadas pelo CEAU. Na ocasião, a presidente do CAU/SP falou sobre a necessidade de criação de ações patrocinadas pelo CAU/SP, semelhantes à feita na Campanha de Valorização Nós Projetamos o Futuro. Informou que o último ponto de pauta da reunião do CEAU foi apresentado pela presidente do IAB sobre a rede de acervos de arquitetura e urbanismo que constituem espaço de cooperação recíproca, com vistas à preservação, difusão e estímulo à pesquisa dos acervos brasileiros de arquitetura e urbanismo, e ainda informou que foi firmado um termo de convênio de cooperação, que não envolve recursos, os representantes de cada uma das instituições que integram a rede formam uma estrutura de governança, compondo um conselho gestor, que é responsável por debater e deliberar as questões das redes. O convênio está aberto a adesões, estendido às demais entidades do CEAU. Finalizou o coordenador dizendo ser esse o relato da última reunião. ITEM V. Apresentação de comunicações: c) da Ouvidoria o ouvidor RICARDO SILOTO apresentou as informações de rotina, já disponibilizadas aos conselheiros: até 31 de julho foram 227 atendimentos, proporcionalmente as regionais que mais demandaram foram Santos e Sorocaba e as que menos demandaram foram São José do Rio Preto e Presidente Prudente; os assuntos se mantiveram os mesmos, que foi o registro profissional e a dívida ativa; e quase 40% das demandas foram de solicitações; as reclamações atingiram somente 26%, sendo 23% de solicitação de informações. Cerca de 50% dessas demandas foram resolvidas no âmbito da própria ouvidoria e das que demandaram outras áreas foi principalmente da CPFi e área financeira do CAU/SP, e em menor grau a CEP, CEF e área de atendimento. O prazo de resposta foi mantido, de resposta menos de um dia para as respostas feitas diretamente pela ouvidoria e de 2,46% dias pelas demais áreas. Nenhuma das denúncias recebidas foram contra o CAU, mas sim sobre desacordos comerciais, imperícias, exercício ilegal da profissão, o que considerou positivo. Além da rotina, informando sobre os assuntos mais estruturantes, o ouvidor disse que um deles, após ser aprovado pelo plenário, a adesão à rede nacional de ouvidorias, já se efetivou, o CAU/SP já faz parte e tem sido muito positivo para a ouvidoria do CAU/SP e para as demais ouvidorias do CAU, tanto pelo compartilhamento de experiência, mas principalmente pelo acesso a um conjunto enorme de atividades de capacitação em diferentes atividades. A ouvidoria do CAU/SP já funciona em rede com todas as ouvidorias públicas do país, que fazem parte do sistema, como prefeituras, universidades, estados, INSS, polícia, judiciário, deixando bem rico o debate. O ouvidor também lembrou que foi aprovada pelo plenário a adesão ao FalaBR e essa adesão

131

132133

134

135

136

137

138139

140

141

142143

144

145

146

147148

149

150

151152

153

154

155

156

157

158

159

160161

162163

164165

166167

168

169

170

171172

173

implicou em dois módulos - o e-SIC e o e-OUV. O e-SIC ainda não está em ação por ajustes técnicos, mas o e-OUV está em fase de teste. Não está informado no site, mas já está sendo acessado e demandas que chegam por ali já estão sendo respondidas. De acordo com o ouvidor o sistema não foi disponibilizado porque estão sendo capacitados para entender o funcionamento do sistema. Por fim, RICARDO SILOTO informou que foi realizada em São Paulo a 6ª reunião do Renouv CAU, com todo os ouvidores e equipes do CAU, inclusive de Brasília, com dois focos – planejamento das ouvidorias, e conjunto de propostas, visando melhorias nos sistemas do CAU e facilidade para os arquitetos que acessam o CAU. Por último, o ouvidor destacou o importante momento democrático vivido no CAU/SP, com o processo eleitoral com quatro chapas concorrentes e para ele isso é positivo e representa diversidade de valores, de opiniões, de propostas e de posições do conjunto de arquitetos do estado de São Paulo. Ele disse esperar que de fato se tenha um amplo debate e que as propostas consigam informar ao máximo aos arquitetos paulistas o que cada uma está trazendo, as referências e desejou um número recorde de votantes, principalmente conscientes. ITEM V. Apresentação de comunicações: d) dos Coordenadores das comissões permanentes. Pela CEP, a coordenadora FERNANDA MENEGARI QUERIDO comunicou que durante o mês a CEP participou do Fórum de Coordenadores das CEP/UF, em Brasília. Nesse fórum estava presente também a coordenação das CEP/BR e, dentre as propostas, estava a proposta, aprovada em plenária pelo CAU/SP, de alteração na resolução de RRT, que foi incorporada para possível minuta e também há possibilidade de unificação da taxa de RRT de projeto e execução, o que faz diferença no dia a dia dos arquitetos. A coordenadora também informou que está aberta a consulta pública sobre o anteprojeto da resolução de criação do CAT Operacional, enviada aos conselheiros nos comunicados e solicitou opiniões dos colegas, visto que há demanda grande, porque já foi aprovada pelo CREA. A comissão também aprovou uma ação, não só no âmbito da CEP, mas do CAU/SP como um todo, e se possível ampliando para outros estados, do Projeto Cuidarse, que visa discutir e promover orientações sobre a saúde mental dos arquitetos e urbanistas, inclusive será feita reunião com a comunicação para ampliar a discussão. Por fim, a coordenadora da CEP disse que foi aprovada a deliberação, encaminhada para o jurídico, sobre a Carta de Passo Fundo, que trata do plano diretor, uma vez que no Rio Grande do Sul existe jurisprudência exigindo a atividade de arquiteto e urbanista na coordenação dos planos diretores e em São Paulo ainda se está entendendo como isso funcionaria, visto que não tem mais a Resolução 51, mas a criação de uma nova resolução com outro caráter, fomentando a importância da habilitação e experiencia nessa área. Pela COA, AMANDA ROSIN DE OLIVEIRA comunicou que em agosto a coordenadora da COA/SP esteve representando a comissão em reunião com a COA/BR e CPFi/BR, onde foi discutido o planejamento estratégico, métodos e objetivos para a gestão e que foram debatidas, posteriormente, internamente no conselho quais implicações futuras. Sobre a Resolução 238, diárias e deslocamentos, a comissão está montando um sistema operacional, num primeiro momento, entendendo as nuances e exceções que não cabem no CAU/SP, mas a conselheira agradeceu a concessão do prazo de 180 dias para regulamentação, visto que o prazo inicial do CAU/BR de 90 dias não seria suficiente e a Comissão está trabalhando com grande esforço para criar um sistema

175

176177

178

179

180

181

182

183

184

185

186 187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215216

217

que atenda os conselheiros, funcionários e convidados. Quanto à regulamentação dos escritórios descentralizados, AMANDA ROSIN DE OLIVEIRA disse que a comissão recebeu uma primeira minuta que será apreciada nas próximas reuniões da COA, que espera entregar como parte do grande avanço feito no território. Pela CPFi, a coordenadora adjunta BRUNA BEATRIZ NASCIMENTO FREGONEZI informou que a coordenadora da comissão está em reunião com as demais CPFi estaduais e CAU/BR, tratando de orientações sobre os planos de ação de 2024 e discussão sobre o uso de superávit. Ainda, a partir do dia 6, com a equipe de finanças a CPFi deve enviar para todas as esferas e comissões os planos e diretrizes para que sejam preenchidas e pediu para que conselheiros que tenham pareceres de finanças pendentes que encaminhem. Pela CF, a coordenadora ANGELA GOLIN disse que a comunicação da comissão foi enviada previamente e apenas complementou que a CF também participou do encontro em Brasília, em mais de um debate e da parte técnica, e da elaboração da minuta do Plano Nacional de Fiscalização, que deve ser apresentado em outubro. Dentre suas atividades a CF também começou a focar no encontro de fiscais, realizado todos os anos em novembro, mas que este ano será feito de forma interna, para fiscais e conselheiros com foco em relatórios de infração, um dos problemas encontrados em relatos de processo. Pela CED, a coordenadora CAMILA MORENO DE CAMARGO relatou algumas atividades que não foram incluídas no informe previamente enviado. A comissão participou da Reunião de Coordenadores de Comissões de Ética e Disciplina, em Fortaleza, como também do Seminário Regional, com escala nacional, que reúne todas as comissões de Ética, para seguir debatendo o tema do ano que foi a revisão do Código de Ética e Disciplina, e em comemoração aos seus 10 anos de existência. No seminário houve palestras comemorativas, que resgataram o processo de construção do código, resgate de discussões feitas por gestões anteriores e olhos para as tendências e futuro da profissão, sobretudo sobre as formas virtuais de trabalho, porque o código ainda é distante desta realidade. Também foi destacada a entrada da inteligência artificial, que embora seja nova, coloca nova compreensão sobre a conduta ética da profissão e novos desafios. Mais do que ajustar regras, complementou a coordenadora, o código precisa ser maturado por profissionais de forma geral para que, de fato, espelhe os desafios da profissão. Ainda, em virtude da Conferência Nacional do CAU/BR em novembro, ela informou a antecipação do próximo e último seminário da gestão em setembro, em Brasília. Pela CEF, a coordenadora ANA LUCIA CERAVOLO destacou, nos informes enviados, a presença do CAU/SP no encontro das CEFs, no fim de julho, evento importante para tratar de vários temas e pontuou o posicionamento do CAU/SP quanto às DCNs e das CEF de vários estados, tirando um posicionamento comum. Ainda no encontro esteve presente a presidente da Abea, que levou esclarecimentos necessários e também foram debatidas a normatização e regras para avaliação dos cursos, trabalho que vem sendo feito nos últimos dois anos e que está na etapa final de regulamentação das avaliações. A coordenadora também ressaltou o julgamento favorável ao CAU/SP com relação à negativa de registro profissional a um egresso, por motivos da avaliação do PPC, do curso que foi feito. Segundo ela, não foi uma vitória do CAU/SP, mas sim do Conselho de Arquitetura e Urbanismo como um todo, um primeiro passo, apesar do caminho longo pela frente, mas que refletiu o esforço de aprimoramento dos

219

220

221

222

223

224

225

226227

228

229

230231

232

233

234

235

236

237238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248249

250

251

252253

254255

256

257

258

259260

261

argumentos. Finalizando, ela falou sobre o 5º Fórum de Coordenadores de Curso, com grande participação e presença do presidente do CNE e que tratou sobre as DCNs, as discussões acerca do tema para as novas Diretrizes Curriculares Nacionais, uma vez que a de 2010 já está distante da realidade. Pela CPUAT, a coordenara MONICA ANTÔNIA VIANA informou que a comissão participou do Seminário Amanhã Mais Cinco, em Suzano, que revisou o plano diretor do município, representando a presidência e como consequência do acordo de cooperação técnica com Suzano. A comissão também tem acompanhado os projetos do CAU Educa nas escolas paulistas, implementados principalmente com as OSCs e a coordenadora ressaltou a matéria veiculada pelo CAU/BR com a experiência de aplicação do CAU Educa, do CAU/SP, em especial o Construindo o Nosso Parque do Futuro, que ficou em primeiro lugar na seleção e com a experiência do Gibi, do CAU/PR, feita pela equipe do Mauricio de Sousa. Ela também comunicou que a comissão está contribuindo com o CAU/BR para uma mesa do CAU Educa no Seminário Nacional de Formação, Atribuição e Atuação Profissional, previsto para setembro, e acompanha o debate da lei de uso e ocupação do solo de São Paulo, em conjunto com representantes do Fórum SP 23. Por fim, a coordenadora disse que a comissão organiza o 3º Ciclo de Debates de Política Urbana Ambiental e Territorial, a ocorrer em novembro, e que dará continuidade ao debate em relação à agenda urbana ambiental, principalmente na sua aplicabilidade. Complementando, MONICA VIANA falou sobre a devolutiva com relação aos downloads da Agenda Urbana - mais de dois mil downloads entre junho e julho - que repercute o interesse e que junto com a comunicação do CAU/SP será feito um volume pequeno de impressões para serem distribuídos nos eventos. Pela CRI, a coordenadora MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA apenas ressaltou que foi feito um trabalho de orientação aos arquitetos inscritos no convênio com a Defensoria, organizado em forma de documento encaminhado para a Paula, coordenadora de convênios e parcerias do CAU/SP. Também está em andamento documento sobre a política institucional do CAU/SP, elaborado após as alterações aprovadas no Regimento Interno e a ser implementado na próxima gestão. A coordenadora ainda perguntou à presidente do CAU/SP sobre o andamento do convênio com a ABNT. Pela CDP, a coordenadora MÁRCIA HELENA SOUZA DA SILVA comunicou que não teria nada a acrescentar ao informe previamente enviado. Pela CPC, a coordenadora VANESSA GAYEGO BELLO FIGUEIREDO lembrou o mês do Patrimônio, de comemoração nacional, e informou que houve o 3º Encontro sobre Patrimônio, CAU/SP, com cerca de 100 participantes presenciais e 200 virtuais. Também ocorreu a 1ª Reunião da Câmara Temática de Patrimônio, sediada pelo CAU/SP, onde foram definidos os cinco eixos de atuação sobre os quais está sendo preparado material, como orientações do CAU/BR aos estados em áreas prioritárias a serem desenvolvidas pelos trabalhos e projetos do CAU, sendo eles: assistência técnica na área do patrimônio cultural; formação continuada; projeto de residência e extensão na área de patrimônio; sensibilização e educação patrimonial e articulação política, envolvendo também todos os poderes da República; e, acervo, memória e documentação, já em curso no CAU/SP e o CAU/RS com experiência consolidada. Outro ponto unânime definido na Reunião foi a fixação de percentual a ser investido na área de patrimônio, o que já está em estudo no CAU/BR, nos cinco eixos de atuação. Também a coordenadora comunicou a eleição

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283284

285

286

287

288

289 290

291292

293294

295

296

297

298299

300 301

302

303 304

305

da coordenação da Câmara Temática, que ficou com a Nacional e a coordenação ajunta com o CAU/SP. Pela CCom, a coordenadora SAMIRA RODRIGUES DE ARAUJO BATISTA informou que a sala audiovisual está em finalização, com entrega prevista para novembro, e que propiciará a produção de material audiovisual internamente. Com relação à revista Mobile, a coordenadora comunicou que a próxima edição será lançada em outubro, após o processo eleitoral do conselho, e que o próximo número já está em desenvolvimento, com elaboração pelas duas gestões, com o tema aprovado Ecos do Eco, que visa discutir ecologia, sustentabilidade e suas diversas formas de trabalho ao longo do tempo. Ela ainda esclareceu que a próxima fase da campanha está voltada para as regionais e que a comissão pretende levar as artes da campanha, trabalhadas na cidade de São Paulo, com fotos da arquitetura de cada regional, para fortalecer a produção local e pediu a colaboração de todos os conselheiros com indicações, através de formulário disponível, sendo que as fotos serão feitas em outubro. Ela ainda fez a projeção de um vídeo demonstrativo de algumas das sugestões já recebidas como forma de motivação. A coordenadora da CED, CAMILA MORENO DE CAMARGO, disponibilizou para a CCom o levantamento feito pela CED para o Jogo de Ética com mais de 100 elementos de arquitetura, paisagismo, edificações urbanas, com autoria, numa planilha organizada. ITEM V. Apresentação de comunicações: e) da Vice-Presidente, POLIANA RISSO SILVA UEDA comunicou que esteve em Atibaia na feira Eco Expo e que participará de outra, em setembro, em Rio Preto. Ao longo do mês ela informou que a vicepresidência esteve envolvida com o trabalho de construção das minutas dos escritórios descentralizados, tentando fazer um desenho do que são essas unidades no âmbito do CAU/SP. Também foram feitos alinhamentos com relação à representação em conselhos municipais, com acompanhamento para fortalecer o projeto e envolver mais os coordenadores regionais nessa pauta e, ainda, a construção da reunião das produções ao longo da gestão, das deliberações plenárias, das notas técnicas, de ofícios relacionados às pautas de ISS, RRTs, de orientações à gestão pública. A intenção, complementou a vice-presidente, é distribuir para todas as prefeituras e fazer abordagem junto aos coordenadores regionais para reforço do trabalho. ITEM V. Apresentação de comunicações: f) da Presidente, CATHERINE OTONDO comunicou que o CAU/SP recebeu o Prêmio Carmen Portinho, na figura da presidente, no Rio de Janeiro, em encontro agradável com algumas lideranças do CAU, senadoras e deputadas. Na ocasião ela disse que foi possível entender onde está a agenda do CAU no Congresso e soube de uma série de ações e projetos dos quais não tinha conhecimento. Igualmente teve reunião frutífera com a Secretaria Municipal de Educação, quando contou sobre o CAU Educa e os representantes da secretaria ficaram entusiasmados e a presidente se comprometeu em passar os resultados, porque eles gostariam de fazer um programa de férias para os professores, junto com o CAU, para apresentar as possiblidades do ensino da Arquitetura e Urbanismo no ensino fundamental. CATHERINE OTONDO ainda informou que o conselho recebeu a deliberação da CEF/BR para implementação do projeto piloto de residência, que ainda aguarda normatização do CAU/BR para estruturação, mas todas as secretarias com as quais conversa têm se encantado com esse projeto. Ela ainda disse ter participado de reunião plenária ampliada do CAU/BR e do Fórum de Presidentes, em Brasília, quando

308

309

310

311

312

313

314315

316

317

318319

320

321

322

323324

325

326

327328

329

330

331

332

333

334

335

336337

338339

340341

342343

344

345

346

347348

349

houve a apresentação do CSC, que cuida do SICCAU e fechado o termo de convênio, em vias de formalização e pleito antigo do Fórum. Segundo ela, o SICCAU sofrerá algumas mudanças, sendo que o CAU/SP terá uma parcela fixa, de atividade rotineira e tudo que for projeto extra, isto sim entrará na reprogramação. A ação também implicará no fundo de apoio, sendo que há estudo para que os CAU/UF, que são divididos em três grupos, passem a ser divididos em cinco grupos. CATHERINE OTONDO ainda informou sobre a atividade que vem sendo desenvolvida sobre a Agenda de Futuro e que a ideia é que seja construída internamente e depois do período eleitoral possam ser expostos alguns eixos. Ela ainda fez um agradecimento especial à CEF, que tem trabalhado intensamente nos pedidos e processos em relação aos registros profissionais, algo complexo, porque o CAU deve proteger seus profissionais e essa ações não se relacionam diretamente ao profissional, mas sim às instituições de ensino e que esse é momento de virada dessa discussão, capitaneada pela CEF, com apoio do jurídico e do gabinete. Agora, complementou a presidente, o CAU/BR trabalha junto ao MEC sobre o que fazer daqui pra frente. Finalizando a presidente pediu que os conselheiros que tiverem processos aproveitem o período de eleição e terminem esses processos, atividade finalística do conselho. Passou ao VI. ORDEM DO DIA: 1. Acordos de Cooperação Técnica: São <u>Caetano do Sul e Condemat - Pedido de vista: conselheiro relator Jose</u> Roberto Geraldine Junior (Origem: GED e VP) A presidente informou que houve pedido de vistas do conselheiro JOSE ROBERTO GERALDINE JUNIOR há duas plenárias atrás. Na última plenária o conselheiro apresentou justificativa ao plenário, que lhe concedeu mais 20 dias corridos para apreciação e apresentação de seu relatório e vista. O acordo é sem repasse de recursos e tem por objetivo estabelecer parceria mútua entre o CAU/SP e o Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê – Condemat e a prefeitura de São Caetano do Sul e fez a leitura das ações previstas. A vice-presidente fez a leitura da deliberação plenária. A presidente abriu para manifestações e houve pedido de vistas da conselheira MARCIA MALLET MACHADO DE MOURA. VI. ORDEM DO DIA: 2. Julgamento de processo de fiscalização 1000058252/2017 – conselheiro relator Paulo Marcio Filomeno Mantovani - Pedido de vista: conselheiro relator Luiz Antonio de Paula Nunes (Origem: CEP-CAU/SP) O conselheiro relator PAULO MARCIO FILOMENO MANTOVANI fez a leitura da análise de seu relatório e voto ao plenário, encaminhado ao plenário para julgamento de recurso, em segunda instância. O conselheiro relator do pedido de vistas LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES fez então a leitura de seu relatório, parecer fundamentado e voto vista. A presidente perguntou ao plenária se havia conselheiro impedido de voto na matéria. Em não havendo abriu para destaques do plenário. O conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO perguntou ao conselheiro relator do pedido de vistas se o fato gerador era só ausência de registro em um dos conselhos e como ele conseguia exercer a atividade, já que sendo MEI também não conseguiria registro no CREA. O conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES disse que ele também não sabia dizer, mas o fato foi que havia registro no CREA. O conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO disse entender que não poderia haver infração, porque o tipo de empresa não é elegível para registro no CAU, mas a atividade que ele prestava era elegível da fiscalização? O conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES respondeu que em sendo engenheiro não havia nenhum impedimento e que na sua

351

352353

354

355

356

357

358359

360

361

362363

364

365

366

367

368369

370

371

372

373

374

375376

377

378

379

380

381

382 383

384 385

386 387

388

389

390

391 392

393

opinião houve problema de enquadramento desde o início. A conselheira FERNANDA MENEGARI QUERIDO explanou dúvida quanto ao mérito do argumento do conselheiro relator do pedido de vistas, se era quanto ao processo administrativo e se o mérito do argumento do conselheiro que estava com o processo relatando na segunda instância seria quanto à infração e a manutenção do ato da infração. O que está em discussão então, continuou ela, é sobre o entendimento da nulidade de um processo de um erro processual, por conta do objeto de discussão de endereço. O conselheiro LUIZ ANTONIO DE PAULA NUNES respondeu que não, mas principalmente porque foi descabido o CAU exigir que um engenheiro, por ser um MEI, se registrasse no CAU, e houve também o erro do endereçamento, porque sempre que foi no endereço correto ele respondia, aí sim uma questão administrativa. No entendimento do conselheiro, não só para processos de fiscalização, o recurso é sempre um direito do recorrente e se ele está entrando com recurso é porque ele discorda e inclusive todo o processo, inclusive trâmites administrativos, devem ser analisados. O que ele fez, nas suas palavras "foi garantir o direito à pessoa que está recorrendo" e foi o que o levou a propor a extinção do processo. A conselheira FERNANDA MENEGARI QUERIDO pediu vistas do processo. VI. ORDEM DO DIA: 3. Regulamentação da Ouvidoria (Origem: COA-CAU/SP) A presidente solicitou ao Ouvidor e à coordenadora adjunta da COA que apresentassem a matéria ao plenário. O ouvidor RICARDO SILOTO disse que há oito anos, seis meses e 26 dias atrás o plenário do CAU/SP instituiu a Ouvidoria do Conselho e pela deliberação número 32/2015, no seu artigo 10, o presidente do CAU/SP regulamentaria, no prazo de 60 dias, o funcionamento da Ouvidoria, sob os aspectos da organização e estruturação, submetendo o referido regulamento à análise e deliberação do Conselho. Passou um pouco mais do que 60 dias, de acordo com o ouvidor, mas estavam ali para cumprir o que foi deliberado em 2015. Quando ele assumiu a Ouvidoria, em 2022, uma das preocupações foi atender a essa regulamentação e se dedicou a isso, junto com a equipe da Ouvidoria e foi produzido material, submetido, em maio de 2022 à COA. No entanto, explicou RICARDO SILOTO, logo depois houve nova regulamentação do CAU/BR sobre as Ouvidorias, com novo regramento e diretrizes para as Ouvidorias dos CAU/UF e o material foi retirado da COA, retrabalhado pela equipe da ouvidoria e enviado novamente para a COA. A apresentação a ser feita pela COA, complementou o ouvidor, será em cima disso e baseada nas principais leis e decretos federais. A coordenadora da COA, AMANDA ROSIN DE OLIVEIRA fez a leitura da deliberação plenária e a presidente abriu para destaques. Em não havendo, passou-se à votação que contou com 43 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VI. ORDEM DO DIA: 4. Assinatura atos dos incisos LIX e LX do art. 182 do Regimento Interno do CAU/SP (Origem: PRES-CAU/SP) A presidente pediu a presença da chefe de gabinete Adriana para explicar a matéria ao plenário. A chefe de gabinete explicou que com a aprovação do regimento novo foi alterada a competência de ordenação de despesas, que antes era feita pela presidência e CPFi, passando, com a alteração o regimento, para a presidente e gerente geral. Ocorre, continuou Adriana, que o gerente geral é cargo criado pelo Anexo 1 da aprovação do Regimento que, em suas disposições transitórias, só cria o cargo a partir dia 1 de janeiro e para os atos de ordenação de despesas é necessário ter ordenador principal, que é a presidente e um agente público. De acordo com a chefe de gabinete o

395

396

397

398

399

400

401 402

403

404

405

406

407

408 409

410

411

412413

414

415

416

417

418

419 420

421 422

423

424

425

426

427

428 429

430

431

432

433

434

435 436

437

conselho tem atuado com a instrução de serviço com base no Decreto 200/67, que dá essa competência para o servidor público que tem como atribuição ação financeira. No entanto, como há a lacuna temporal, entre a aprovação do regimento e vigência do Anexo 1 entendeu-se ser importante convalidar o ato no plenário, evitando problema no processo de ordenação despesas. A presidente abriu para destaques e em não havendo passou à leitura da deliberação plenária e votação que contou com 45 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. VI. ORDEM DO DIA: 5. Termos de Fomento -Edital de chamamento público no 003/2023 - ATHIS (Origem: CD-CAU/SP) A presidente fez a leitura da minuta de deliberação, abriu para destaques e em não havendo passou à votação que contou com 46 votos a favor, nenhum contra e uma abstenção. VI. ORDEM DO DIA: 6. Acordo de Cooperação Técnica: Desenvolve SP (Origem: CD-CAU/SP) A presidente informou que o convênio que já existia no CAU/SP está sendo renovado e que o Desenvolve SP é empresa pública que ajuda os escritórios de arquitetura com linhas de crédito a juros muito baixos e fez a leitura da minuta de deliberação. CATHERINE OTONDO abriu para destaques e a conselheira ANA PAULA PRETO RODRIGUES NEVES observou que ter uma linha de crédito que fomente principalmente a inovação tecnológica para os escritórios de profissionais é muito bemvinda e parabenizou o conselho pela iniciativa. Sem mais destaques, a presidente colocou em votação que contou com 49 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. VI. ORDEM DO DIA: 7. Acordo de Cooperação Técnica: Fundação Theatro Municipal de São Paulo (Origem: CD-CAU/SP) A presidente informou que o conselho foi procurado pela Fundação do Theatro Municipal para um termo de cooperação dentro da ideia da rede entre os edifícios tombados pelo patrimônio, criando um território relativo ao centro histórico da cidade de São Paulo. Também outro ponto em comum, de acordo com ela, é o de serem edifícios do escritório técnico Ramos de Azevedo e a ideia é de uma rede de convênios e cooperações para realização de eventos que possam acontecer tanto no CAU/SP, como no Theatro Municipal, assim como questões de segurança e fez a leitura da minuta de deliberação. A presidente abriu para destaques e o conselheiro NILSON GHIRARDELLO disse não saber se o nome do projeto foi dado pelo CAU/SP ou recebeu já pronto, mas ele considera uma injustiça muito grande com os arquitetos, porque o Ramos de Azevedo era engenheiro e teve no seu escritório dezenas de arquitetos importantíssimos, e esse nome perpetua uma injustiça de anos e anos com os arquitetos que trabalharam na cidade. A presidente considerou pertinente a mudança do nome e inclusive sugeriu deixar na sede uma explicação sobre o assunto. A conselheira CASSIA REGINA CARVALHO DE MAGALDI disse que o Ramos de Azevedo era engenheiro e arquiteto e os outros arquitetos não são lembrados porque não se pesquisa. Ela, por exemplo, disse conhecer todos porque teve que trabalhar com o Theatro Municipal muitos anos e que o prédio do escritório Ramos de Azevedo é projeto de autoria do próprio Ramos de Azevedo. Para ela, não se trata de desmerecer os outros, mas de conhecer melhor a história da arquitetura paulista. A conselheira ANA LUCIA CERAVOLO propôs que fosse mantido o nome do projeto, pelos motivos explicitados pela conselheira Cassia, e por tratar-se de um engenheiro arquiteto, título que se dava à época, então seria um anacronismo exigir uma coisa que a época não existia e que foi o maior escritório de arquitetura, engenharia e construção

440

441

442

443

444

445

446 447

448

449

450 451

452

453

454

455

456 457

458

459

460

461

462

463 464

465

466

467 468

469

470

471

472 473

474

475

476

477

478

479 480

481

do século XIX. A presidente disse que, como o nome veio de uma reunião com a Fundação Theatro Municipal, sugeriu levar o questionamento do plenário e ver como lidam com a questão e colocou então em votação, que contou com 50 votos a favor, nenhum contra e nenhuma abstenção. Retornando após intervalo de almoço, a presidente CATHERINE OTONDO confirmou o quórum regimental suficiente para prosseguimento dos trabalhos. VI. ORDEM DO DIA: 8. Julgamento de recurso contra decisão de não acatamento de denúncia - Protocolo 944953/2019 - Processo 00179.003401/2023-84 - Relator Cons. Afonso Celso Bueno Monteiro (Origem: CED-CAU/SP) SIGILOSO. A presidente solicitou a interrupção da transmissão e informou que a denúncia não foi admitida pela Comissão de Ética e Disciplina, com proposta de arquivamento liminar. Em face disso, foi interposto recurso pelo denunciante ao plenário do CAU/SP e designado um conselheiro, integrante do plenário, como relator, a fim de analisar o recurso interposto pela parte interessada. Por tratar-se de processo sigiloso, não haverá a transmissão da reunião de julgamento por meios telemáticos, devendo se retirar do recinto os indivíduos que não se tratarem de conselheiros no exercício da titularidade do CAU/SP, de partes não envolvidas no processo éticodisciplinar e seus procuradores e dos funcionários do CAU/SP não essenciais à condução dos trabalhos, conforme o Artigo 49 do Regimento Geral do CAU, Artigo 41 do Regimento Interno do CAU/SP e Artigo 50, parágrafo 2º da Resolução do CAU/BR 143, de 2017. CATHERINE OTONDO perguntou se havia algum conselheiro impedido de votação na matéria e em não havendo, o conselheiro relator fez a leitura do relatório e voto fundamentado. A presidente abriu para destaques e em não havendo o conselheiro relator fez a leitura da deliberação, que colocada em votação contou com 46 votos a favor e nenhum contra e informou que cópia da deliberação plenária fica disponível no site do CAU/SP. VI. ORDEM DO DIA: 9. Julgamento de recurso contra decisão de não <u>acatamento de denúncia - Protocolo 843511/2019 - Processo 00179.003402/2023-29</u> - Relator Cons. Ederson da Silva (Origem: CED-CAU/SP) SIGILOSO. A presidente solicitou a interrupção da transmissão e informou que a denúncia não foi admitida pela Comissão de Ética e Disciplina, com proposta de arquivamento liminar. Em face disso, foi interposto recurso pelo denunciante ao plenário do CAU/SP e designado um conselheiro, integrante do plenário, como relator, a fim de analisar o recurso interposto pela parte interessada. Por tratar-se de processo sigiloso não haverá a transmissão da reunião de julgamento por meios telemáticos, devendo se retirar do recinto os indivíduos que não se tratarem de conselheiros no exercício da titularidade do CAU/SP, de partes não envolvidas no processo ético-disciplinar e seus procuradores e dos funcionários do CAU/SP não essenciais à condução dos trabalhos, conforme o Artigo 49 do Regimento Geral do CAU, Artigo 41 do Regimento Interno do CAU/SP e Artigo 50, parágrafo 2º da Resolução do CAU/BR 143, de 2017. CATHERINE OTONDO perguntou se havia algum conselheiro impedido de votação na matéria e em não havendo, o conselheiro relator fez a leitura do relatório, voto fundamentado e deliberação. A presidente abriu para destaques. O conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO perguntou se a posição do conselheiro relator era a de não atender a uma ordem da Justiça Cívil. O conselheiro relator disse que foi atendida e dada a resposta e o juiz não perguntou de novo. O conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO disse que da

483

484

485

486 487

488

489 490

491 492

493

494

495

496

497

498

499

500 501

502

503

504

505

506

507508

509

510

511512

513514

forma como estava escrito no relatório o juiz determinou a verificação do mérito. O conselheiro relator argumentou que o juiz fez a pergunta que foi respondida e se perguntar de novo será dada a mesma resposta, porque está prescrito e não cabe ao Conselho, e explicou todo o histórico do processo ao conselheiro MARCELO DE OLIVEIRA MONTORO, informando tratar-se de contenda familiar e prescrita. O conselheiro relator fez então a leitura da deliberação que colocada em votação contou com 49 votos a favor e nenhum contra. A presidente informou que cópia da deliberação plenária fica disponível no site do CAU/SP e solicitou a retomada da transmissão da sessão plenária. VI. ORDEM DO DIA: 10. Julgamento de processo de fiscalização 1000087262/2019 - Processo SEI 00179.000973/2023 - Conselheira relatora Arlete Maria Francisco (Origem: CEP-CAU/SP). A conselheira relatora fez a leitura do histórico do processo e voto. A presidente abriu para destaques e em não havendo a conselheira relatora fez a leitura da minuta de deliberação plenária. Colocada em votação contou com 46 votos a favor e nenhum contra. A presidente informou que cópia da deliberação plenária fica disponível no site do CAU/SP. VI. ORDEM DO DIA: 11. Calendário de reuniões dos órgãos colegiados do CAU/SP 2023 (Origem: CD-CAU/SP). A presidente fez a leitura da deliberação com proposta de calendário que foi aprovada por aclamação. Passou então ao ITEM V. Comunicados dos conselheiros. O conselheiro VICTOR CHINAGLIA JUNIOR comunicou que na cidade Campinas acontece situação peculiar de duas ocupações feitas por mulheres - uma para receber mulheres vítimas de violência doméstica e outra para resgatar a história do movimento negro, principalmente das negras em Campinas. Para ele é uma mobilização importante porque quem é da capital pouco sabe dessas movimentações no interior do estado. Ele ainda solicitou ao plenário que fosse enviada uma carta de agradecimento pelos serviços prestados pela dona Maria da Paz, funcionária que faleceu, porque o Conselho também é feito pelos funcionários que contribuem e muito. A presidente disse que já se manifestou junto à família, mas considerou excelente a ideia da carta do plenário que será providenciada. A conselheira AMANDA ROSIN DE OLIVEIRA informou que a COA encaminhou para publicação no site do CAU/SP todo o histórico, processo deliberação e plenárias gravadas em torno do Regimento Interno, a fim de contribuir com os outros CAU/UF e registrar o momento. Sem mais comunicações, a presidente do CAU/SP CATHERINE OTONDO encerrou assim a 32ª Reunião Ordinária, agradecendo a presença dos membros presentes.

CATHERINE OTONDO

Presidente do CAU/SP

Histórico da votação:

Reunião Plenária Ordinária nº 33/2021-2023

Data: 28/09/2023

Matéria em votação: IV. Discussão e aprovação das atas da 32ª reunião plenária ordinária Resultado da votação: Aprovada por aclamação, sem manifestações contrárias e com

abstenção dos ausentes na 32ª reunião plenária ordinária.

Impedimento/suspeição: (00)

Ocorrências: -

Condutor dos trabalhos: Catherine Otondo **Secretário:** Renata da Rocha Gonçalves